

# Os ideais do analista

Lucia Barbero Fuks e Ana N. Berezin

Uma discussão sobre os valores e critérios que modelam a prática dos analistas e a presença de seus ideais na análise.

**C**omo em qualquer tarefa humana, em especial se houve a possibilidade de escolhê-la, os ideais também sustentam a prática dos analistas. Estes ideais modelam-se através de uma série de valores e critérios. Segundo nossa consideração, eles seriam: 1) a busca da verdade; 2) a liberdade de que cada homem possa escolher sua vida, até onde lhe seja possível; 3) a empresa de modificação da problemática intrapsíquica e a aplicação libidinal desta modificação a outras formas de encontro intersubjetivos e transubjetivos; 4) o reconhecimento da alteridade e da diferença; 5) a apropriação ativa do conflito presente na subjetividade, de um modo ou outro, pelo simples fato de existir; 6) o conhecimento dos limites e das possibilidades do desejo e sua satisfação; 7) a possibilidade de questionar e recolocar os ideais; 8) o não-absolutismo de certeza alguma, que conduza a abertura do pensamento e da criação.

Em certo sentido, estes ideais coincidem com outras práticas. Em outro, coincidem com nossa concepção geral da cura, ainda que entendamos que estes critérios gerais se especifiquem a cada singularidade clínica, de modo que cada situação singular se ancora nos critérios gerais éticos e científicos de cada analista. Assim marcam ou, pode-se dizer, percorrem o trabalho do pensamento e da ação da qualidade "praxis psicanalítica".

A problemática coloca-se *no excesso* que aliena e/ou submete a produtividade do paciente e do analista.

**Lucia Barbero Fuks** — psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

**Ana N. Berezin** — psicanalista, membro do Foro Psicanalítico de Buenos Aires



Em tal excesso, produz-se no analista uma fratura do narcisismo (regressão do ideal do ego ao ego ideal) que propõe uma posição alienada ao paciente, assumindo um lugar onipotente de poder e de saber que enclosura a busca de uma verdade que poderiam encontrar em conjunto. Ao invés de que o ideal recrie o desejo, amplie o marco imaginário e se insira no interjogo relacional, o ideal se sobre-investe, esvaziando-se de toda a sustentação vivencial, afetiva e corporal. Simples adequação à proposta de um outro dominador que se postula como portavoz absoluto do ideal.

Ainda que o analista deva propor-se a escutar e intervir como sem teoria, sem juízos prévios e sem vontade alienadora, não deve renunciar ao reconhecimento e implementação de seu saber, de sua experiência. Não pode renunciar a seguir pensando, indagando e apelando para sua “caixa de ferramentas” (Foulcault). É certo que não pode abusar de seu poder, mas nem tampouco iludir-se como se não tivesse poder algum. Neste reconhecimento encontramos o melhor alerta frente a qualquer afã de domínio sobre o outro.

Sabemos que o psiquismo humano — nosso e de nosso paciente — tende à busca de uma certeza amparadora, chegando ao risco de desejar o submetimento com a ilusão de proteção e garantia de um outro idealizado. Isto pode chamar-se “a teoria” ou “meu analista disse” ou “o Mestre” ou “na clínica aconteceu”... Também sabemos que a teoria, a clínica, nossa análise e aqueles que alguma coisa ou muito nos ensinaram são nossas referências, nossos pontos de certezas provisórias a partir das quais perguntar, duvidar e recriar nossa prática.

Assim também no próprio saber psicanalítico encontra-se uma conceitualização acerca da pulsão de domínio, dos modos em que os enlaçamentos se estabelecem no submetimento e alienação. Marco conceitual que cada analista incluirá ou não em seu campo representacional e vivencial.

O não dito por um paciente, o indizível — até porque não estão problematizados por ele certos aspectos de seu acontecer, nem incluídos

**C**erta interpretação ambígua da neutralidade do analista conduz a que seus ideais se tornem um “inconfessável”.

como possíveis determinantes de seus sofrimentos — coloca para cada analista uma decisão que sempre haverá de tomar acerca do que, como e quando dizê-lo e, antes disso, se fazê-lo ou não. De modo que o dizível e o pensável de um paciente estão ligados à potencialidade de pensamento e elucidação do terapeuta, assim como a uma decisão acerca dos limites de sua intervenção.

Aqui não nos referimos somente ao reprimido, ao não ligado intrapsíquico, ao lacunar, para ser rehistoriado no apelo ao recordado e ao reconstruído dos núcleos de verdade histórica. Referimo-nos também a outras ordens de determinação que atravessam a subjetividade e que interpelam cotidianamente a cada sujeito, sendo isto parte da constituição do princípio de realidade. Reconhecimento de uma multiplicidade da realidade que afeta a realidade do inconsciente. Desse modo, o inconsciente é produtivo e produzido em um constante movimento de encadeamento ao longo da história de cada sujeito, só separável ou encadeado quando realizamos uma análise descritiva.

Estas questões colocam-se para os analistas na medida em que se reconheçam intervindo ao mesmo tempo num campo individual e coletivo frente a cada sujeito. E que não estejam dispostos a simplificar este árduo problema com uma declaração de incompetência ou não-pertinência. Ou melhor, seria desejável não eludir estas múltiplas articula-

ções que fazem a existência de cada sujeito. Ficariam assim fixados os limites do que concerne à nossa tarefa.

Certa interpretação ambígua da neutralidade do analista conduz a que os ideais do analista se tornem um “inconfessável”. Como se, desse modo, se conseguisse apagá-los. Diz Rosolato ... “a força da hipocrisia também está em que é importante que um ideal inconfessável permaneça insuspeito ou encoberto por outros projetos enganadores que servem mais facilmente como fachada...” Muitas vezes a proposta de neutralidade é colocada como ideal, ou na verdade, como normatividade idealizada. Os ideais são referenciais com os quais mantemos uma distância questionadora, que promovem diversos caminhos de busca e de realização. Algumas normas estão mais próximas da moral do que da ética. Podem assim estatizar o ideal, desvirtuando seu caráter ético. É mais uma espécie de religiosidade estatizada e supostamente ascética que um movimento de busca e alternativas.

Na necessidade de corroboração de nossos ideais individuais — necessidade intrínseca ao funcionamento do ideal — nos encontramos, em diferentes épocas, com predomínios teóricos e técnicos que derivam em diversas concepções do processo e da cura psicanalítica, mais ou menos institucionalizados, sempre tendentes a homogeneizar o modo de compreender a psicanálise. Isto problematiza os graus de liberdade do pensamento, provoca auto-censuras em certas ocasiões e até pode levar a que estas auto-censuras atuem sem a possibilidade de reconhecimento consciente de cada analista. Ao mesmo tempo que o Ideal de Ego Psicanalítico proposto reiteradamente em diferentes marcos históricos e institucionais é um referencial necessário e decisivo com o qual entabular um diálogo produtivo. Disse J. Puget: ... “Quem de nós não brigou com seu Superego — Ideal do Ego Psicanalítico e institucional ao intervir no campo terapêutico, sem o respaldo de uma hipótese tradicional...”. Novamente no limite: espaços de confrontação e busca ou homogeneização alienante. Sempre pode sobrar a



renúncia a enfrentar estes temas.

Também, neste sentido, chamamos a atenção à pequena quantidade de trabalhos psicanalíticos que elaboram acerca do ideal do ego. Bem menos que os realizados para a inteligência do desejo ou da fantasia, por exemplo. No entanto, uma das primeiras pontuações clínicas na hora de escutar um paciente é a relação mais ou menos distante entre a enunciação de seus desejos e seus ideais. A distância maior ou menor nos comunica os graus de sofrimento e começa a nos informar sobre o processo de narcisização do paciente. Representa um ponto de ancoragem importante para compreender as vicissitudes do narcisismo. Este leve sussurrar sobre a relação do sujeito com o ideal e os ideais enunciados, não seria um modo de silenciar o quão problemático seria pensar no que fazemos e o que se passa conosco tanto quando coincidimos como quando nos opomos aos ideais do paciente?

Colocaremos uma pequena situação clínica: O paciente X conta que sua mãe recebeu de seu pai (avô de X uma herança considerável, entregue em vida. Tempo depois, o avô atravessava um período de dificuldades materiais e pede à filha que lhe entregue algo do que recebeu. Esta se nega terminantemente. O pai de X) não era consultado em situações difíceis, que antes eram resolvidas em geral pela mãe e pelo avô.

O paciente refere-se a isto só depois de bastante tempo de análise, pois sentia-se, em certa medida, cúmplice da mãe. Esta vivia dizendo: “eu faço tudo por vocês”.

A analista sente rejeição e desagrado frente ao que crê ser desonesto por parte da mãe de seu paciente. Poderia ter sido capturada por esta rejeição e deixar transparecer isto para X. Ao contrário, a partir da rejeição começa a pensar os modelos indentificatórios presentes na história edípica de X. Modelos que expressam a exclusão dos homens, assim como o relegar e o renunciar deles em intervir ativamente nas decisões. Expressam também como se repete ou não esta modalidade de enlaçamento, e como esta situação interveio na identidade de X, etc.

Assim os ideais, tanto a respeito da honestidade como da linha su-

**C**oncebemos o conhecimento psicanalítico como um modo de inteligir o psiquismo humano. Nosso conhecimento, porém, contém os modos de produção de conhecimento de todo o campo científico.

cessória do lugar do homem e do pai, estão em jogo de modo divergente entre a terapeuta e seu paciente. Entretanto coincidem na existência de conflito com respeito a estas questões.

Este exemplo reduzido tenta encerrar o problema dos ideais do analista *nunca* ausentes no processo de análise do paciente. Início de verdade que o paciente, no melhor dos casos, perceberia.

Seria interessante que o analista não fosse o último a reconhecer e elaborar isto. Frente aos ideais que se misturam nos enunciados do paciente sobre o que fazer ou sobre seus projetos — que podem tanto coincidir como divergir dos do analista —, seria oportuno que ele mantivesse seu juízo de condenação, no sentido sugerido por Freud, assim como um respeito pelas diferenças, ainda que, insistimos, exista convergência.

Assim, também, reconhecer que o

paciente escolher um certo analista como terapeuta não é um fato aleatório nem excomungado do que em nossa cultura acontece com a psicanálise.

Para terminar, desejamos recordar que qualquer tarefa, mas em especial o lidar com as problemáticas psíquicas, se vê atravessada por ordenações muito diversas e estas se expressam, ainda que não percebamos, no modo de abordá-la.

Concebemos o conhecimento psicanalítico como um modo de inteligir o psiquismo humano. Porém nosso conhecimento contém em seu próprio interior os diversos modos de produção de conhecimento presentes no conjunto do campo científico, filosófico e artístico. Além disso, inclui os fatos históricos deste século, as maneiras em que os mesmos abalaram algumas certezas filosóficas e puseram entre parêntesis a ciência em seu caráter experimental. Desde o início do século, alguns movimentos como o expressionismo e o surrealismo, os críticos do liberalismo e o marxismo, por diferentes ângulos, comovem e avançam com suas vozes, não suficientemente escutadas.

Alertam sobre modos de representação da realidade e da história. Representações totalizantes fechadas e explicadas a partir de uma ou várias categorias colocadas fora desta totalidade, previamente recortada, que “ilumina” e centraliza toda a compreensão. Redução causal que tenta explicar as crises e os “sem sentidos” evidenciados por determinados acontecimentos, como se tivesse de sustentar à risca uma idéia de coerência previamente estabelecida ou de uma totalidade coerente pré-formada. Perde-se deste modo a possibilidade de ir-se dando significação no momento mesmo do devir humano. Construção permanente do saber e do conhecimento a partir do passado determinante, do novo, às vezes casual \*, do presente não pensado e mais aberto ou não teleológico desde alguma suposta vontade. Completude faltante, verdade, estrutura ou razão que antecipa um futuro plenamente previsível, quer caótico ou glorioso.

(\*) “Se não houvesse acaso, a história seria magia.” — Karl Marx